



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GAIA CRED IV SECURITIZADORA DE
CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Conteúdo

Relatório da administração.....	3
Relatório dos auditores independentes	4
Balço patrimonial.....	7
Demonstração dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Demonstração do valor adicionado.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	13
2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	13
3 Resumo das principais práticas contábeis	14
4 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente.....	16
4.1 Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas	16
5 Patrimônio líquido	17
6 Despesas gerais e administrativas	18
7 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	18
8 Partes relacionadas.....	18
9 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros.....	18
10 Análise de sensibilidade.....	21
11 Cobertura de seguros	22
12 Eventos Subsequentes.....	22



Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Relatório da Administração

Fundada em 23 de agosto do ano de 2017, a Gaia Cred IV Securitizadora **de Créditos Financeiros S.A.** (“Companhia”) está situada na Rua do Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º. Andar - Vila Nova Conceição - São Paulo, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Debêntures, lastreadas em diversos segmentos de créditos financeiros.

Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores.

Para tornar-se líder e ímpar na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado financeiro, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas com abundância de garantias e taxas atraentes.

A securitização de recebíveis financeiros tem se tornado uma estratégia de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras.

Em 2018, a Gaia Cred quer estar cada vez mais próxima dos clientes e investidores, sempre investindo em estruturação financeira, processos de análise e gestão de risco e sistemas e com sua proposta inovadora no mercado.

O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras.

Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva!

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 (“ICVM 381”), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2016, a Mazars Auditores Independentes S.S., ou quaisquer partes relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Reponsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado


A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.



Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.


Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- 
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2018

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8



Cleber de Araujo
Contador CRC nº 1 SP 213655/O-8

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2017	Passivo	Nota	2017
Circulante		-	Circulante		
			Partes relacionadas		75
Total do ativo circulante		-	Total do passivo circulante		75
			Patrimônio líquido	5	
			Capital social		-
			Prejuízos acumulados		(75)
			Outros resultados abrangentes		-
			Total do patrimônio líquido/passivo a descoberto		(75)
Total do ativo		-	Total do passivo e patrimônio líquido		-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>
Receita líquida de prestação de serviços		
Despesas operacionais	<u>6</u>	<u>(75)</u>
Despesas gerais e administrativas		(75)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(75)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(75)</u>
Média ponderada de ações		100
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R\$		<u>(750,00)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício	(75)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(75)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio social

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 23 de agosto de 2017		1	-	-
Capital social emitido		(1)	-	-
Capital social a integralizar		-	-	-
Prejuízo do exercício		-	(75)	(75)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		-	(75)	(75)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do exercício / período	<u>(75)</u>
Variações nos ativos e passivos:	
Aumento (redução) em partes relacionadas	<u>75</u>
Total caixa líquido consumido nas atividades operacionais	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de debêntures	-
Integralização de capital	<u>-</u>
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / período	<u>-</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>
Receita bruta de prestação de serviço	<u>-</u>
Outras receitas	-
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(75)</u>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(75)
Valor adicionado bruto	<u>(75)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>(75)</u>
Valor adicionado recebido em transferência	
Receitas financeiras	<u>-</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>(75)</u></u>
Distribuição do valor adicionado	<u><u>(75)</u></u>
Pessoal	<u>-</u>
Remuneração direta	-
Impostos, taxas e contribuições	<u>-</u>
Federais	-
Remuneração de capital de terceiros	<u>-</u>
Juros	-
Remuneração de capitais próprios	<u>(75)</u>
Lucros/prejuízos acumulados	(75)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar - parte - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP foi constituída em 23 de agosto de 2017 e obteve seu registro na JUCESP em 29 de setembro de 2017. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos, comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros; (ii) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites, da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas e, (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

(a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e (ii) instrumentos financeiros disponíveis para venda.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC e as normas IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão em 16 de março de 2018.

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para o qual eles foram adquiridos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças no desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos.

Ativos financeiros disponíveis para a venda

Um ativo financeiro disponível para a venda é um ativo financeiro não derivativo que é designado como disponível para a venda ou não é classificado em nenhuma das categorias possíveis. A Companhia tem os seus investimentos em títulos patrimoniais e/ou títulos de dívida classificados como que serão mantidos em carteira por um tempo não determinado, mas que poderão ser liquidados por eventos relacionados a alterações no nível de liquidez do título, condições macroeconômicas que afetem as suas condições de remuneração e/ou outras situações que possam sinalizar a possibilidade e a oportunidade na liquidação do título. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são medidos pelo seu valor justo e as mudanças são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Na ocasião da baixa desses ativos, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

Títulos mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros são classificados nessa categoria quando a Companhia tem a intenção e capacidade de mantê-los até a data de seu vencimento. Esses títulos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

(b) Contas a receber

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração da Companhia revisa anualmente, ou quando há indícios de perda, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar e avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia identificou a necessidade de realizar ajustes por recuperação de ativos no valor de R\$ 0.

(d) Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

(e) Outros ativos e passivos circulantes

Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos.

(g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), do período corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL. Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

(h) Resultado por ação

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

(i) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado por regime de competência.

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

(j) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado por regime de competência.

(k) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

4 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas demonstrações financeiras. Avaliamos a adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia e verificamos que não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o período corrente.

- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação;
- Alterações à IFRS 11 - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas;
- Alterações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgação;
- Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização; e
- Melhorias Anuais - Ciclo de IFRSs 2012-2014.

4.1 Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b);
- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes (b);
- IFRS 16 - Arrendamentos (c);
- Alterações à IAS 7 - Iniciativa de Divulgação (d);
- Alterações à IAS 12 - Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a);
- Melhorias Anuais - Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b); e

- (a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
- (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.
- (d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória, conforme previsto pelas normas contábeis. A Administração da Companhia está avaliando os efeitos da adoção dessas normas.

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social é de R\$ 1.000 (mil reais) representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 20 de setembro de 2017, houve a integralização de capital no montante de R\$ 100 (cem reais), totalizando 100 ações ordinárias nominativas integralizadas, sem valor nominal.

<u>Acionistas</u>	<u>%</u>	<u>2017</u>
Nova Atlantis Participações Ltda.	99,90%	999
Outros	0,10%	1
Capital emitido	100%	1.000
Capital integralizado	10%	100

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reservas estatutárias

O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia.

Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 11.638/2007) em 31 de dezembro de 2017, não houve distribuição de dividendos aos acionistas.

Lucro básico e diluído por ação (*)

De acordo com as normas do Comitê de Pronunciamento Contábil calculamos o lucro básico por ação aos acionistas, para cada exercício social conforme demonstrado abaixo:

	<u>2017</u>
Prejuízo Atribuível aos acionistas da Companhia	(75)
Média Ponderada do número de ações durante o exercício/ período	0,1
Prejuízo básico e diluído (R\$)	(750,00)

(*) O lucro diluído apresenta-se igual ao lucro básico por ação, pois não existem efeitos diluidores.

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>
Despesas serviços de terceiros	(53)
Despesa com anúncios e publicações	<u>(22)</u>
	<u><u>(75)</u></u>

7 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O cálculo da apuração do imposto de renda e a contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 encontram-se demonstrados a seguir:

	<u>2017</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(75)</u>
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	(2)
Crédito tributário não constituído/revertido sobre prejuízo fiscal e não registrado	<u>2</u>
Total de imposto de renda e contribuição social	<u><u>-</u></u>

8 Partes relacionadas

(a) Participação acionária

A Companhia é controlada direta da Nova Atlantis Participações Ltda. que, em 31 de dezembro de 2017, esta possui participação de 99,99% do seu capital.

(b) Transações com partes relacionadas

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 estão apresentados a seguir:

	<u>2017</u>	
	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receita (despesa)</u>
Despesas operacionais	-	(75)
Contas a pagar	<u>(75)</u>	<u>-</u>
Total líquido	<u>(75)</u>	<u>(75)</u>

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia fixou desde a sua constituição, inclusive em relação ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e ao presente exercício social do ano de 2017 a remuneração mensal do valor fixado de um salário mínimo, acrescido do custo de INSS, na alíquota de 11%, ao Diretor Estatutário.

O pessoal-chave da Administração renunciou a qualquer tipo de remuneração que poderiam fazer jus em razão dos cargos ocupados.

9 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é mensurado por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das informações trimestrais.

As aplicações financeiras da Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) administrados pelo Banco Bradesco S.A

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Gestão de risco de capital

A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso.

O objetivo da Companhia é atingir um retorno sobre capital de 10%a.a. Contudo, por estar no início de suas operações e ter realizado apenas uma operação, o retorno do sobre o capital foi negativo.

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice de endividamento líquido

O índice de endividamento da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está representado pela tabela a seguir:

	<u>2017</u>
Índice de Endividamento (a)	<u>100,00%</u>

(a) Passivo circulante + passivo não circulante sobre o total de ativos da companhia.

Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$ 0 aplicados em certificado de depósitos bancários.

Garantia de crédito

A garantia de crédito oferecidas pela Companhia no caso de insolvência é a Garantia Real do pagamento integral e pontual das obrigações assumidas pela Companhia sob as Debêntures (“Obrigações Garantidas”), a Companhia cedeu fiduciariamente os créditos adquiridos aos debenturistas que são representados pelo agente fiduciário conforme escritura de emissão.

Risco de mercado acionário

Considerado como a possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco.

A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, estará exposta à volatilidade desse mercado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores.

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimentos Aberto - DI este indexado as variações do CDI, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2017</u>
Contas a pagar (a)	2018	<u>75</u>
Total		<u><u>75</u></u>

(a) Os passivos financeiros não derivativos serão liquidados nos vencimentos que foram acordados com os fornecedores, cujo prazo máximo para liquidação é de até 31 de março de 2018.

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros não derivativos são negociados considerando a expectativa da Companhia em gerar caixa e os prazos para pagamentos variam de 3 a 6 meses, caso os negócios não sejam efetivados, os sócios se dispõem a aumentar o capital de forma a garantir sua liquidez.

Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Não houveram ativos financeiros registrados na Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2017.

10 Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro de 2017 se aproxima dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras.

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2017, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 29 de dezembro de 2017, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 7,00% a.a. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalcularam-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 5,25% a.a. 3,50% a.a.

Para cada cenário, foi calculada a “receita financeira bruta”, não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2016.

<u>Operação</u>	<u>Posição 12/2017</u>	<u>Fator de risco</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II 25% menos</u>	<u>Cenário III 50% menos</u>
Aplicação financeira	-	CDI	7%	5,25%	3,50%
Receita projetada			-	-	-

11 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para riscos aos quais estaria sujeita em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a de sua atividade. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

12 Eventos subsequentes

Em 02 de fevereiro de 2018, foi aprovado em assembleia geral extraordinária (AGE) a emissão de R\$ 1.000.000,00 (Um bilhão de reais) para distribuição pública com esforços restritos nos termos da instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

	<u>Características das debêntures</u>
Data de emissão	02/02/2018
Valor total de emissão	R\$ 1.000.000.
Quantidade de debêntures	1.000.000.
Valor nominal unitário das debêntures	R\$ 1.000
Série	Única
Data de vencimento	25/11/2026

* * *